



Palet

Que contrato social o País precisa?

A idéia de um contrato social para resolver os problemas e as exigências da sociedade tem atravessado séculos, países e diferentes governos. E no Brasil não é diferente. Ao fim de cada ciclo - ditadura ou não - surge a mágica solução do contrato social. Só na última década apareceram pelo menos três ou quatro concepções sobre contratos ou pactos sociais.

Depois da Constituição de 1988 - a Constituição cidadã, como foi chamada pelo deputado Ulysses Guimarães -, acreditava-se que, diante dos avanços conseguidos no capítulo das garantias individuais e nas conquistas sociais, à força de negociações entre os diferentes segmentos da sociedade, poderia se ter um armistício.

Dez anos depois, inúmeras emendas já foram inseridas na Constituição, em quase todos os capítulos. Governo e oposição, empresários e operários, minorias, sem-terra, ruralistas, todos enfim estão descontentes com o que existe e a população, por falta de propostas consis-

tentes, vai se sentindo órfã e descrente nos políticos. Cada vez mais se aprofunda o fosso entre os dois lados - Governo e oposição -, sem que se chegue a um denominador comum.

Embora essa não seja uma palavra de ordem do candidato de oposição Luiz Inácio Lula da Silva, alguns petistas consideram ser este o momento de o País se lançar num novo contrato social. Um contrato social, segundo o deputado José Genoíno (SP), que visaria a rever as relações sociais dos excluídos e a reescrever a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), absolutamente ultrapassada, na opinião do parlamentar.

Marx dizia - segundo lembrou o deputado Genoíno - que o desempregado era uma reserva de mercado. Mas hoje, nesse mundo completamente destituído de valores humanos, o desempregado deixou de ser reserva de mercado, "deixou de ser gente", dando mostras de que pode vir a desestabilizar o País, avaliou o deputado, com pessimismo.

Genoíno acha que a elite diri-

gente deveria acordar para isso e, a exemplo das classes dirigentes norte-americana e européia, deixar de ser tão gananciosa, fazendo concessões. "A elite brasileira nunca perdeu e, infelizmente, o que está acontecendo agora é que Fernando Henrique se comprometeu a tal ponto com quem manda no País que nem conseguiu acabar com a pobreza. Adotou um modelo neoliberal que só faz aumentar a horda de excluídos", lastimou o parlamentar.

O discurso de Fernando Henrique não contém qualquer indício de que ele tenha sido cooptado pela elite dirigente, essa que jamais apeou do poder. Ao contrário, ele considera que seu Governo permitiu um alargamento de acesso às demandas de direito. Fernando Henrique não fala em contrato social. Afinal, o que viria a ser esse contrato? A necessidade, conforme Jean-Jacques Rousseau, de que o Estado ideal seja o resultado de um acordo entre seus membros? Para tanto, seria necessário que os membros da sociedade criassem cer-

tas obrigações entre si, cedendo em algumas de suas prerrogativas para se tornarem cidadãos. Ou seja, é o ideal de um Estado que defenda o direito de todos.

Analisando o que poderia ser uma proposta substituta de contrato social no Governo Fernando Henrique, temos um meta abstrata de uma sociedade igualitária, sem diferença de gênero ou cor, conforme vem insistindo. Sociedade libertária e igualitária, tema tão explorado no século passado por pensadores americanos e europeus, é almejada por Fernando Henrique como uma ação de seu cotidiano.

Daí a dúvida. Essa utopia será possível sob modelos cruéis de exclusão? Haverá mesmo necessidade de um contrato social? Reeleito, Fernando Henrique aceitará dialogar com a oposição, visando a negociar tais modificações na sociedade, ou vai continuar insistindo nas reformas que não conseguiu que o Congresso votasse nesses quatro anos?